

O PROGRAMA ESCOLA ATIVA E A EDUCAÇÃO DO/NO CAMPO

Cristiane dos Santos¹
Elis Cristina Fiamengue²

RESUMO

Esta comunicação é parte da pesquisa para o curso de especialização em Gestão da Educação da Universidade Estadual de Santa Cruz - UESC. O objetivo geral do projeto consiste em avaliar a proposta do Programa Escola Ativa na cidade de Itabuna-Ba, a partir das Diretrizes Operacionais da Educação do campo. Desse modo, o locus do projeto são duas escolas que funcionam a oito anos na cidade de Itabuna/BA. O programa Escola Ativa chegou ao Brasil no ano de 1997 e, segundo a proposta apresentada, tinha o intuito de trabalhar especificamente com classes multisseriadas, com o objetivo de minimizar a repetência, evasão, distorção série/idade e melhorar a qualidade do ensino, respeitando o ritmo de aprendizagem de cada aluno e garantindo a igualdade de direitos do sujeito do campo. Propunha ainda uma perspectiva pedagógica que priorizava a valorização das especificidades culturais de cada região rural do Brasil, visando apresentar uma proposta flexível e capaz de garantir a continuidade da escolaridade nas eventuais interrupções do fluxo escolar. Apresentava-se como uma dinâmica escolar estruturada, composta por materiais didáticos específicos que auxiliariam em sala de aula, bem como formações modulares, nas quais o professor assumiria a postura de mediador dos conhecimentos e facilitador do saber do educando. No município de Itabuna esse Programa foi implantado no ano de 2002, e em oito anos de existência não se sabe ao certo se ele foi capaz de alcançar o objetivo proposto pelo Programa. Assim, a partir de observação com registro em diário de campo, bem como entrevistas semi-diretivas com pais e professores, além de análise documental, estamos construindo um quadro de avaliação desse projeto governamental de educação no campo.

Palavras-chave: Educação do campo; classes multisseriadas, Escola Ativa.

INTRODUÇÃO

É inegável que após séculos de dominação da ideologia burguesa, o campo ainda seja visto como um lugar de atraso. É inegável, também, que o homem do campo ainda hoje seja visto como um simples prestador de serviços braçais, um analfabeto, despolitizado, e com pouco domínio da norma culta da língua. A compreensão de desigualdade existente na realidade social, que é visto no modo de produção capitalista resultado de esforço pessoal e individual da relação de poder e de luta que existe nas classes sociais.

¹ Discente do curso de especialização em Gestão da Educação da Universidade Estadual de Santa Cruz - Ilhéus/BA – crisistar2008@hotmail.com

² Socióloga, Professora do Departamento de Ciências da Educação da Universidade Estadual de SantaCruz - Ilhéus/BA – eliscf@gmail.com

Segundo Whitaker e Fiamengue (2002, p. 20),

“Tais preconceitos derivam da dominação do rural pelo urbano, a partir da emergência do capitalismo enquanto sistema econômico que privilegia a industrialização, engendrando uma ideologia urbano industrial, na qual se cria a figura do *outro* – aquele que impediria o avanço do industrialismo e como tal representaria o atraso. Sob esta ótica passam à categoria de *outro* todas as populações ditas tradicionais, o que vale dizer todas as comunidades (camponesas, índios, silvícolas, etc.) exploradas pelo sistema econômico, com suas perversas articulações”.

A burguesia teve sua gênese em meio às cinzas do sistema feudal e ganhou forças em meio à efervescência do movimento iluminista no século XVIII, desde então ela se firmou como classe hegemônica e incutiu seu estilo de vida, seus valores e sua cultura a todas as classes sociais. A cultura da burguesia tem como características o eurocentrismo, a valorização do urbano, do homem branco, do trabalho intelectual e da ciência positivista.

Enquanto classe hegemônica, a burguesia instituiu sua cultura como verdade universal e único padrão a ser seguido em detrimento da cultura de outros grupos sociais, que durante séculos foram subjugados e marginalizados pela burguesia que se utilizou de sua cultura aliada à ciência para legitimar sua ideologia de dominação. Um dos principais veículos de divulgação da ideologia burguesa é a escola. Durante muitos anos essa instituição manteve-se inacessível a muitos grupos sociais a quem a burguesia sempre fez questão de chamar de minoria. Nesse contexto a escola tinha como principal função educar os filhos da burguesia para exercer o poder e usufruir os frutos do progresso, aos demais grupos sociais, e principalmente ao homem do campo, bastava o mínimo necessário de instrução, afinal a eles cabia apenas a execução de tarefas mecânicas e serviços braçais.

Segundo Leite (2004, P.14),

“[...] a educação rural no Brasil, por motivo sócio-cultural, sempre foi relegada a planos inferiores, e teve por retaguarda ideológica o elitismo acentuado do processo educacional aqui instalado pelos jesuítas e a interpretação político-ideológica da oligarquia agrária conhecida popularmente na expressão: gente da roça não carece de estudos. Isso é coisa de gente da cidade.”

Nessa perspectiva, percebemos que no Brasil, durante o período colonial, a educação voltava-se para ensinar os filhos dos colonos a administrar a colônia. Era uma educação feita com base na cultura européia, na supremacia do homem branco, considerado até então como único sujeito civilizado, sobre o homem indígena e o africano. Mesmo com o fim da escravidão, a chegada dos imigrantes, e a instituição da República, não se pensaram em uma política de educação que contemplasse as novas classes sociais que surgiam, nem aos sujeitos que moravam no campo.

Apenas na República Nova, mais precisamente em 1930, é que se pensa em uma proposta de educação voltada para o campo. Nas décadas seguintes, principalmente com o desenvolvimento do parque industrial brasileiro, se intensifica o movimento de educação no/do campo em colônias agrícolas e núcleos coloniais. No entanto, por trás da idéia de ofertar a educação ao homem do campo em seu próprio habitat, existiu e existe a intenção de manter esse homem no campo a fim de conter o crescimento e inchaço desordenado das cidades e o grande contingente de desempregados nos centros urbanos. Esses problemas são oriundos do êxodo rural, fenômeno decorrente da busca do homem do campo por melhores condições de vida, acesso a saúde, a educação a melhores condições de trabalho e salário, condições que só a cidade poderia oferecer.

Até início da década de 90, quando ainda vigorava, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação nacional, Lei nº 5692 de 1971, a educação do campo ainda tinha como eixo de organização do calendário escolar, o trabalho na lavoura. De acordo com § 2º, do artigo 11 desta lei, “Na zona rural, o estabelecimento poderá organizar os períodos letivos com prescrição de férias nas épocas do plantio e colheitas de safras, conforme plano aprovado pela competente autoridade de Ensino.”(BRASIL, 1971,site).

Vemos, desta forma, que a própria lei da educação “parece” concordar com a idéia de que, o homem do campo não precisa ter pleno domínio do saber construído histórico e coletivamente pelo homem, devendo portanto priorizar antes do estudo o trabalho, seja na propriedade familiar ou no latifúndio. Assim quanto menos souberem, tornar-se-ão presas mais fáceis para os que dominam a norma culta e elaboram as leis. Com a intensificação das lutas dos movimentos sociais e a propagação de diversas teorias, que questionavam os espaços e os direitos dos grupos, historicamente excluídos do processo de desenvolvimento econômico, político e tecnológico da sociedade, passou-se, também a questionar as políticas voltada para a educação do/no campo. Para isso o primeiro passo seria modificar a visão que se tem do homem do campo e conseqüentemente de educação do campo. O primeiro não deve ser visto como simples trabalhador da terra ou como indivíduo que vive e ou trabalha no campo, e que pertence a um grupo social menos favorecido de direitos civis, mão de obra dos fazendeiros, simples trabalhadores rurais de baixa renda, mas como produtor de sua renda passando de trabalhador rural a senhor da terra. E o segundo precisa ser percebido como um processo voltado não somente à formação para o trabalho, mas como uma política de desenvolvimento sustentável e um meio de conscientização do sujeito do campo quanto à sua participação na política, na vida social e cultural da sociedade a qual esta inserido

METODOLOGIA

Esta pesquisa está em fase inicial, contará com voluntários da unidade escolar e de pessoas da comunidade local, de duas escolas as quais participam do Projeto Escola Ativa localizadas na zona rural da cidade de Itabuna/Bahia. Serão escolhidas estas escolas por que tem três salas de aula, um professor que é regente de sala e responsável pela parte gestora da escola, e ambas fazem parte do Programa Escola Ativa há 8 anos. Os instrumentos de coleta de dados utilizados na pesquisa são: entrevistas, que serão aplicadas pelo pesquisador no local que for mais conveniente para os sujeitos voluntários da pesquisa; a observação que contará com o suporte do diário de campo que segundo Falkembach (1998) é um “instrumento de anotações, um caderno com espaço suficiente para anotações, comentários e reflexões, para uso individual do investigador no seu dia-a-dia.”

Além destas técnicas de investigação utilizaremos também a análise de documentos, que no caso dessa pesquisa serão: o regimento ou a proposta pedagógica das escolas multisseriadas da educação do campo e as Diretrizes Operacionais para a educação do Campo.

As políticas públicas e a identidade do homem do campo

As políticas públicas existem para minimizar as desigualdades sociais. Estas só existem por que, infelizmente, na sociedade capitalista existe a concentração de renda. Para o PROGED (2009, p.2).

“Política Pública é, pois um conjunto de ações ou norma de iniciativa governamental, visando a determinados objetivos. Desta forma percebemos que uma política pública também é uma política de governo e não só uma política de Estado, por isso ela é elaborada com base em interesses, no contexto de disputa de poder.”

Quando se elabora uma política pública é necessário levar em consideração a realidade social, política econômica e tecnológica do grupo a quem se quer promover socialmente. Historicamente as políticas públicas brasileiras voltadas para a educação se constituem em modelos importados de países com realidades diferentes da realidade do Brasil. Essas políticas são fruto de acordos estabelecidos entre nosso país e o Banco Mundial, que em nome do capitalismo, vende inúmeros pacotes educacionais, com promessas de promover uma educação de qualidade, nos países subdesenvolvidos. O Movimento de Implantação das Políticas de Educação do Campo tem refletido sobre a maneira e a situação das escolas nos

territórios rurais. Com a criação da S E C A D - Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade /MEC abriu-se o debate em torno desta problemática em varias regiões do Brasil. O grande percurso observado à a partir da trajetória de abandono das escolas rurais, que por longo tempo funcionou nas comunidades do interior do país, esteve intimamente vinculada a produção de um modelo urbano de mundo, o qual negligenciou as realidades do campo com áreas de produção de conhecimento e saberes. A LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - 9394/96 trata, no Artigo 28, sobre as adaptações necessárias, na oferta de Educação Básica para a população rural e a partir da organização dos Movimentos Sociais, algumas políticas publicas começam a aparecer no cenário nacional e estadual, direcionando a Educação a ser desenvolvida no meio rural. Neste momento, este estudo de forma ainda exploratória vem contribuir para a socialização de experiências, cujas temáticas perpassam pela educação do campo e suas múltiplas relações com o desenvolvimento social.

Assim, Leite (1999, p.111-112).

“No meio rural, os movimentos de educação de base e de educação popular, o processo educativo sempre esteve atrelado à vontade dos grupos hegemônicos do poder, não conseguindo deslocar seus objetivos e a própria ação pedagógica para esferas de caráter sócio-cultural, especificamente campestres.”

A Educação do Campo deverá estar integrada aos demais setores da agricultura, através de políticas públicas que permitam a integração das atividades da sociedade civil, podem dizer que a Pedagogia da Alternância esta aos poucos criando espaço no dia-a-dia do homem do campo, e utilizando as diversas correntes da Pedagogia ativa ou (Métodos ativos). A solução encontrada por agricultores e lideranças, foi a criação da identidade do homem do campo, que tem como objetivo, a formação profissional e pessoal do aluno do campo, aquele que fazendo uso do Desenvolvimento rural sustentável, fará uso da terra para ali no local produzir alimento e/ou produto para seu consumo e de sua comunidade, gerando renda auto-sustentável.

Se analisarmos o contexto de implantação e implementação das políticas públicas educacionais no Brasil, perceberemos que as mesmas políticas destinadas a educação urbana, foram aplicadas a educação do/no campo. Poucas políticas foram feitas, levando em consideração a realidade das escolas do campo, seja em relação a características físicas da zona rural (difícil acesso, geralmente desprovido de eletricidade e saneamento básico, pouco acesso a tecnologia), ou a estrutura física destas escolas, bem como a identidade individual e cultural do homem do campo. Homem simples, autor e personagem da luta do dia-a-dia na lavoura, produtor do alimento que sustenta a cidade, que não está representado nos meios de

comunicação ou nos livros didáticos ou se vê de forma caricaturada, e que talvez, por isso não se veja como cidadão.

O maior desafio da Educação do/no campo é compreender o homem do campo em suas especificidades, Para Caldart (2002, p. 27)

“A educação do campo se identifica pelos sujeitos: é preciso compreender que por trás da indicação geográfica e da frieza de dados estatísticos está uma parte do povo brasileiro que vive neste lugar e desde as relações sociais específicas que compõem a vida do e no campo, em suas diferentes identidades e em sua identidade comum; estão pessoas de diferentes idades, estão famílias, comunidades, organizações, movimentos sociais... A perspectiva da educação do campo é exatamente a de educar este povo, estas pessoas que trabalham no campo, para que se articulem, se organizem e assumam a condição de sujeitos da direção de seu destino”.

A concepção de educação do campo explicitada aqui, tem por base um projeto de educação articulada ao projeto histórico socialista, elencado a um projeto da classe trabalhadora do campo. Tendo como atores os próprios povos do campo, suas lutas experiências, advindas dos movimentos em prol da educação do/no campo.

Os ideais da proposta do Programa Escola Ativa

O Programa Escola Ativa, objeto de estudo desta investigação, surgiu na Colômbia em resposta aos persistentes problemas da ineficiência interna e da baixa qualidade da educação oferecida em classes multisseriadas. Propõe um novo paradigma pedagógico baseado em princípios que se opõem às práticas tradicionais transmissíveis memorísticas. Essa estratégia metodológica nasceu na Colômbia, desenvolvida por um grupo de educadores, que há mais de 20 anos, obtinha sucesso no enfrentamento dos problemas educacionais das classes multisseriadas daquele país.

De acordo com o ministério da Educação, (2008, p.12).

A implantação da Estratégia Escola Ativa no Brasil, hoje conhecida como Programa Escola Ativa, ocorreu no ano de 1997, com assistência financeira do Projeto Nordeste/MEC e posteriormente FUNDESCOLA. No município de Itabuna, Estado da Bahia, foi implantado no ano de 2002, propondo-se a acabar com a repetência e a evasão escolar, formar e capacitar professores para atuar nas realidades e problemáticas das classes multisseriadas da educação do campo, equilibrando o nível de aprendizagem dos alunos, além de elevar as taxas de conclusão de parte do ensino fundamental dos alunos do Campo.

Tais propostas tem sido um desafio, para as políticas públicas em educação. O Programa compartilha do discurso pedagógico trazido para o Brasil pelo Conselho Nacional de Educação (CONSED), que tem sido apontado como uma das alternativas para qualificar o ensino do Campo.

Assim, o Programa Escola Ativa, propõe acompanhar o avanço desse direito junto às classes, para construir um projeto de desenvolvimento que garanta igualdade de direitos, a justiça social e a solidariedade entre os sujeitos do campo. Os cadernos pedagógicos são auto-instrucionais, e oferecem uma metodologia de formação baseada na inter-relação entre ensino, estudo e pesquisa, no âmbito da realidade da escola do campo, com classes multisseriadas. Também propõe lançar mão de outros acervos bibliográficos, de recursos metodológicos e de tecnologias existentes. Procura contribuir com o processo de formação docente investigativo e didático. Na concepção de ensino e aprendizagem do Programa Escola Ativa isso significa o fortalecimento do processo educativo baseado na apropriação, na reelaboração e assimilação de saberes e conhecimentos, além dos saberes (conteúdos) específicos para práticas da vida e produção do povo camponês e para leitura de mundo. Seu objetivo é criar condições para a aprendizagem voltada para a compreensão da realidade social na qual a criança está inserida, buscando estimular a vivência que objetiva a aprendizagem, a participação, a colaboração, o companheirismo e a solidariedade, envolvendo, reconhecendo e valorizando todas as formas de organização social. Este Programa propõe também, o reconhecimento das diferenças e da diversidade étnica, cultural, política, religiosa e ambiental. E busca princípios de igualdade, no acesso e permanência à escola. A base do programa é a compreensão de que, para auxiliar a prática do professor esperando a aprendizagem deve-se considerar que: o estudante é sujeito histórico, portanto, constrói conhecimento na relação com o ambiente e com os indivíduos que ali estão; que os professores estão na sala na condição de mediadores do conhecimento; que a realidade do estudante deve ser o ponto de partida; que a aprendizagem deve estar relacionada com a vida social; que a escola é o ambiente específico onde o aluno tem acesso ao conhecimento e, por fim, que a escola faz parte de um contexto social, político, econômico e cultural e faz parte de sua função pensar o aluno na preparação para o trabalho e para formação do ser humano.

A realidade do Programa Escola Ativa em Itabuna-Bahia

A implantação do Programa Escola Ativa, para alcançar resultados pedagógicos satisfatórios, requer que aconteçam algumas mudanças e adequações. Na cidade de Itabuna, as primeiras cinco escolas nas quais o programa foi implantado, foram escolhidas com cautela, contemplando-se aquelas que possuem acesso fácil, prédio que atendem às necessidades básicas e com mobiliário adequado. Os professores destas escolas no ano de 2002, foram

treinados e capacitados pelos formadores do FUNDESCOLA³, Além de receberem os cadernos de ensino aprendizagem (livro didático) para cada aluno, e os kits pedagógicos, os professores também não receberam as cartilhas explicativas de como trabalhar com esses materiais. Já no ano de 2009, realizou-se a adesão das demais escolas do compõem Itabuna ao referido programa. Atualmente temos 54 escolas do campo, em sua maioria de difícil acesso, localizadas em fazendas, assentamentos ou associações, que não foram reformadas, para atender as exigências do Programa Escola Ativa. Escolas estas que funcionam em classes multisseriadas sob barcaças⁴, sem janelas para ventilação. Tais classes funcionam com crianças de diferentes idades, indo desde a educação infantil até a 4ª série do ensino fundamental, sob a responsabilidade de um só professor, em espaços minúsculos.

Em algumas destas escolas, os banheiros são distantes. Já em outras o banheiro inexistente, quadros de giz são precário, há ausência de água e esgotamento sanitário, o trabalho, o trabalho em grupo com os alunos é inviável, pois as carteiras ainda são aquelas universitárias "de braço" que foram descartadas pelas escolas da zona urbana e enviadas para as escolas da zona rural. São 63 professores compartilhando de uma mesma angústia, uma vez que esses cinco professores que participaram da formação inicial em 2002 foram deslocados da função de professores, para coordenar os trabalhos do Programa Escola Ativa. Em Itabuna esses coordenadores, tem, a função de promover a formação destes professores. Há uma rejeição ao Programa Escola Ativa, por parte dos professores que não tiveram uma formação inicial, tais professores que rejeitam o programa estão sendo submetidos a um processo de formação "em serviço", o que dificulta, na avaliação dos mesmos o aprofundamento dos estudos na temática, dado o tempo curto para leituras e preparação. Nenhum desses 63 professores recebeu os manuais de como trabalhar com os cadernos de ensino aprendizagem, nem os kits pedagógicos que auxiliam o trabalho desses cadernos. Os coordenadores preparam materiais de leitura sobre o programa e discutem-nos com os professores. Utilizam-se de cópias xêrox e, devido aos custos, os conteúdos são reduzidos ao mínimo de informações possíveis.

Existe também a questão de que o professor do campo assume várias funções dentro da escola pelo fato da mesma não possuir diretor, nem auxiliar de serviços gerais, porteiro ou merendeira. Então sua função vai desde, responsável pela parte administrativa e e

³ FUNDESCOLA – Fundo de Fortalecimento da Escola um programa de Fundo Nacional de Desenvolvimento da Escola (FNDE/MEC), com interface das secretarias estaduais e municipais de educação das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste e financiamento proveniente do Banco Mundial (Bird).

⁴ Barcaça – É um dos principais símbolos de economia do cacau (região sul da Bahia). A barcaça é uma estrutura fundamental no processamento do cacau. Ela é usada para a secagem das sementes, que ficam expostas ao sol.

financeira, passando pela regência da sala de aula, até auxiliar de serviços gerais. Além disso, tem que dedicar um tempo maior ao planejamento individual, em decorrência da intensificação do trabalho exigido pela metodologia do programa. Tudo isso sem acréscimo algum ao salário.

Esta pesquisa apresenta-se em fase inicial e diante deste cenário, é notório observarmos o nível de descontentamento dos educadores que atuam no Programa Escola Ativa. Também se observa a enorme angústia e insatisfação que os professores estão vivenciando no momento. Essa angústia se dá pela impossibilidade de suprir os requisitos e postulados no programa. Por exemplo: Alguns dos elementos que regem a Escola Ativa, são os cadernos de ensino aprendizagem (livro do aluno), os cantinhos de aprendizagem e a articulação escola e comunidade. No entanto, o número desses cadernos é insuficiente. Há situações, em que o professor dispõe só de um ou dois cadernos de ensino aprendizagem, para atender cinco alunos ou mais, a proposta dos cantinhos de aprendizagem montados em estantes de aço com material por área do conhecimento, que devem estar dentro das salas de aula funcionando como mini laboratórios, entende-se que cada escola deva ter o seu. Contudo o programa cita a utilização de equipamentos eletro eletrônicos e informáticos. Tal proposta soa como utopia, uma vez que maioria destas escolas não tem acesso, nem a energia elétrica, quanto mais a aparelho de som, de televisão, DVD, e computador. Torna-se um sonho pensar em trabalhar com a internet.

Diante de tantas deficiências nas escolas do campo. O programa também propõe uma metodologia diferenciada para trabalhar os elementos da Escola Ativa, recomendando que se deva utilizar materiais didáticos diversos, e que o professor deve ser um pesquisador para mediar o conhecimento do aluno. Mas como? Se nas escolas o material básico está contado, e o professor já recebe um baixo salário, justamente para trabalhar e se ocupar, dois ou três turnos, e não terem tempo de pesquisar. Além disso, como se tornar um pesquisador de uma hora para outra, quando não se foi formado para pesquisar. Nestes oito anos de implantação, do Programa Escola Ativa na cidade de Itabuna-Ba, a pesquisa realizada até o momento, aponta que existe um alto nível de insatisfação em relação ao mesmo.

O que se observa, é que pacotes fechados estão distantes da realidade vivenciada no campo. Tais projetos são baseados na realidade de outros países, e não ouvem os movimentos sociais, bem como os sujeitos aos quais o programa se destina. A questão é: como construir a identidade do aluno do campo em uma escola, que não consegue se efetivar, seguindo princípios urbanos e não abrindo espaço para que o próprio homem do campo participe dessa construção e diante disto, é necessário repensarmos a condição social do homem do campo,

frente a este cenário de mudanças, onde políticas públicas para a sua formação poderão se transformar em ações negativas. Se não forem propostas como uma construção coletiva, como um projeto de educação popular.

REFERÊNCIAS

AFONSO, Almerindo Janela. **Reforma do estado e políticas educacionais**: entre a crise do estado-nação e a emergência da regulação supranacional. Educação e Sociedade. V22 n° 75. Campinas. Aug.2001

BRASIL, **11 de agosto de 1971; 150º da Independência e 83º da República**, disponível no Site: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=259&Itemid=477, acesso em 17/05/2010

BRASIL. Ministério da Educação/FNDE – **Programa Escola Ativa**: GUIA para a formação de professores da Escola Ativa. Brasília, 7/4/1998.

BRASIL. Ministério da Educação/Conselho Nacional de Educação de Educação/Câmara de Educação Básica. **Diretrizes operacionais para a educação básica para as escolas do campo**. Resolução nº 1, de 3 de abril de 2008.

CALDART, Roseli Salete. **Educação em Movimento. Formação de Educadoras e Educadores no MST**. Petrópolis: Vozes, 1997.

CALDART, Roseli Salete. **Por uma Educação do Campo. Identidade e Políticas Públicas**. Brasília : Vozes, 2002.

LEITE, Sérgio Celani. **Escola Rural: urbanização e políticas educacionais**. São Paulo: Cortez, 1996.

MEC. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei n. ° 9394/96, MEC, 1996.

MEC. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei n. ° 5692/71, MEC, 1971.

PROGED. Programa de Gestão e Formação Continuada – Módulo 7. Pará 2009.